

POLÍTICA

ISAAC X SINDICATO

Câmara tem ofensas, ameaças e goleada contra cassação

Após ser chamado de ‘bandido’ e retrucar chamando de ‘sindicato de merda’, presidente se livra de pedido de perda do mandato

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

Troca de farpas, xingamentos em frente às câmeras e, para finalizar, o sepultamento de uma representação que pedia investigação do presidente da Câmara, Isaac Antunes (PL), por quebra de decoro parlamentar. Eis o resumo das últimas semanas no Legislativo de Ribeirão Preto.

Antunes se envolveu em polêmica com o Sindicato dos Servidores Municipais e seu presidente, Valdir Avelino. Durante a sessão de votação da Reforma Administrativa, em 3 de setembro, chamou a entidade de “sindicato de merda”, em meio a bate-boca com representantes dos trabalhadores, após ter sido chamado de “bandido” por manifestantes.

O episódio resultou em pedido de cassação por quebra de decoro, protocolado por PCdoB e PSOL, mas rejeitado em 8 de setembro por 16 votos contrários e 3 favoráveis, com críticas da oposição por corporativismo e falta de ética.

A polêmica tem raízes na Reforma Administrativa do prefeito Ricardo Silva (PSD), que reorganiza a estrutura municipal e gerou receio entre servidores sobre perda de direitos. A reação de Antunes ocorreu diante de manifestações críticas na galeria da Câmara.

Fora da Casa, aliados defenderam a liberdade de expressão do presidente, enquanto opositores criticaram sua postura como desrespeitosa. Movimentos sociais e entidades de servidores cobram respeito às instituições. Para o cientista político Rafael Monteiro (USP), “extrapolar o debate com ataques pessoais compromete a credibilidade das instituições e enfraquece o diálogo democrático”.



Isaac Antunes teve pedido de cassação negado pelos colegas

OUTROLADO

Antunes afirmou que “os integrantes do sindicato foram à Câmara para provocar e tentar impedir o andamento dos

trabalhos” e que “não vamos mais permitir que essa prática se repita”. O Sindicato anunciou que recorrerá à Justiça, qualificando a ação de Antunes como prática antisindical.

Hoje acusador, Isaac participou de esquema criminoso

Isaac Antunes, que acusou sindicalistas de corrupção devido à participação do ex-presidente da entidade, Wagner Rodrigues, e a ex-advogada Maria Zuely - os dois estão implicados por crimes como falsificação de ata e esquema de propina, tem algo em comum com quem acusa: um histórico de condenação criminal.

Em 2022, o vereador firmou um acordo com o Ministério Público para encerrar um processo por corrupção eleitoral e associação criminosa, ambos apurados na Operação Themis. Durante o processo, Antunes admitiu sua participação em esquema de captação irregular de votos e concordou em pagar uma multa de R\$ 6 mil para evi-

tar uma condenação formal. A Justiça Eleitoral homologou o acordo, encerrando o caso sem que houvesse efeitos práticos em sua carreira política.

A Operação Themis revelou um esquema de fraudes judiciais envolvendo escritórios de advocacia que cadastravam pessoas interessadas em renegociar dívidas e, sem autorização delas, moviam processos indenizatórios. Um dos investigados firmou acordo de delação e alegou que Antunes tirava proveito eleitoral desses cadastros. Além disso, conversas interceptadas mostraram que o vereador era amigo de advogados investigados na operação, levantando suspeitas sobre seu envolvimento no esquema.



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

ESCOLA DO XANDÃO

Alexandre de Moraes nunca abandonou suas raízes. Para quem não sabe Moraes, foi Promotor de Justiça do MP Paulista, cujo a característica extrapolava os limites do rigor pela maldade. Sua escola ministerial tendia o trabalho por “lawfare”, “fishing expedition”, estrangulamento financeiro de réus e vazamentos seletivos para a imprensa. O interessante é que o PT fez campanha na época contra a indicação de Alexandre de Moraes, feita pelo ex-presidente Michel Temer, enquanto os patriotas, punitivistas e lavajatistas bancaram a escolha do emedebista. Razão pela qual o MDB, de Baleia Rossi, não deve aderir a proposta mais à direita de entar emplacar um impeachment por uma razão muito simples. Alexandre de Moraes, indicado de Temer, é homem do MDB.

PASSOU DO PONTO

Vereadores da base são quase unânimes em dizer que o Presidente da Câmara Municipal passou do ponto quando atacou o Sindicato dos Servidores Municipais e o presidente da entidade sindical. Segundo parlamentares, ele extrapolou o tom, principalmente com o presidente. Isaac Antunes, de frente para plateia, viu homens do comando sindical, sentados, pedir para que as mulheres aos gritos chamassem atenção dos vereadores, atrapalhando os vereadores que tentavam justificar o seu voto na matéria que gerou toda a polêmica. O presidente Valdir Avelino prometeu ajuizar ação. No dia seguinte, disse que ajuizaria ação contra a Reforma Administrativa, mas não garantiu processar o presidente da Câmara.

C. ADM. X DÍVIDA COM IPM

A ideia do Governo Nogueira com o C. Adm. depois de pronto teria avaliação próximo a \$1,3 bilhão exposta por Dass Abboud no final de governo e o “pulo do gato” seria entrega do patrimônio ao IPM como garantia e pagamento da dívida do município com uso do imóvel da prefeitura. Em tese, com a valorização do imóvel pagaria a conta do IPM e não com caixa da população, mas a REALIDADE... “Hoje não temos um Centro Administrativo nosso; o recurso da venda dos terrenos pagará uma ínfima parte da dividida com o IPM e o resultado é, sem o imóvel e logo sem o dinheiro do leilão de terrenos, parabéns!” Pontuou um ex-integrante do Governo Nogueira ao colunista.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Empresários do ramo da Construção Civil não estão nada satisfeitos com o Prefeito Ricardo Silva em razão do “jabuti”, termo utilizado para alterar a lei de uso dos recursos da venda de terrenos da prefeitura para pagar atrasos nas contas do IPM em detrimento de obras de infraestrutura e de ampliações da cidade. “Servidores de Carreira estão colocando suas prioridades acima do cidadão ribeirão-pretano”, reclamou um empresário em evento da classe. Ricardo deve adequar o PLC antes da matéria ser colocada em pauta pelo Legislativo. Vamos acompanhar!

BK BANK RIBEIRÃO

Segundo a Investigação da Operação Carbono, a BK tomou a decisão estratégica de estabelecer uma sede física no município em 2023, um movimento incomum para a sua natureza digital. Para justificar essa presença, a instituição recorreu à prestação de serviços ao governo municipal oferecendo serviços, mesmo que gratuitos, apesar dos custos associados à aquisição de maquininhas de cartão de crédito, algo que não é comum entre os bancos digitais. Essa situação remete ao que ocorreu com a Transerp. Ribeirão foi escolhida como uma base estratégica devido à concentração de usinas na região. O pedido de credenciamento foi feito por executivos de uma dessas usinas a um importante membro do governo municipal, o que vem gerando especulações.

VALE SEMPRE LEMBRAR!

A RPMobi e a Prefeitura de Ribeirão não são investigadas pela PF e Ministério Público na Operação Carbono, que atingiu em cheio as finanças do Crime Organizado no Brasil, mas desde que ela foi deflagrada, a RPMobi passou a ser vista com ares de preocupação, assim como o financiamento de campanha eleitoral em 2024.